



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 160,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 611 799.50	
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00	
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00	
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00	

SUMÁRIO

Presidente da República

Despacho Presidencial n.º 240/17:

Aprova a alteração do ponto 2.º do Despacho Presidencial n.º 107/17, de 25 de Abril. — Revoga todas as disposições que contrariem o disposto no presente Diploma, nomeadamente o ponto 2.º do Despacho Presidencial n.º 107/17, de 25 de Abril.

Despacho Presidencial n.º 241/17:

Autoriza o lançamento do procedimento de contratação simplificada para o fornecimento de equipamentos para o Apetrechamento do Hospital Municipal do Cuanhama e aprova a Minuta de contrato para o fornecimento de equipamentos para o Apetrechamento do referido Hospital, no valor total de USD 4.000.000,00 a ser celebrado entre o Ministério da Saúde e a empresa China Railway Corporation, Ltd.

Despacho Presidencial n.º 242/17:

Autoriza a Cessão da Posição Contratual e respectivas responsabilidades por parte da empresa Ceddex à empresa Aee Power EPC S.A.U., no Contrato de Empreitada para Ampliação da Subestação de 220/60/30 KV de Cacuaco. — Revoga todas as disposições que contrariem o disposto no presente Diploma.

Despacho Presidencial n.º 243/17:

Autoriza o lançamento do procedimento de contratação simplificada para o fornecimento de equipamentos para o Apetrechamento do Centro de Medicina e Reabilitação Física do Huambo e aprova a Minuta de contrato para o fornecimento de equipamentos para o Apetrechamento do referido Centro, no valor total em USD 3.967.391,09, a ser celebrado entre o Ministério da Saúde e a empresa China Railway Corporation, Ltd.

Ministério do Comércio

Decreto Executivo n.º 400/17:

Aprova o Regulamento Interno do Conselho Consultivo deste Ministério. — Revoga toda a norma regulamentar que contraria o disposto neste Diploma.

Decreto Executivo n.º 401/17:

Aprova o Regulamento Interno do Conselho Nacional do Comércio. — Revoga toda a norma regulamentar que contraria o disposto neste Diploma.

Ministério do Comércio

Decreto Executivo n.º 402/17:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Intercâmbio. — Revoga toda a norma regulamentar que contraria o disposto neste Diploma.

Ministério dos Petróleos

Despacho n.º 473/17:

Subdelega plenos poderes a Gaspar Filipe Semão, Director Interino da Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado deste Ministério, para representar o Ministro na prática de todos os actos administrativos necessários para a assinatura do Contrato de Investimento Privado denominado Chouest Inn Angola, Limitada.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Despacho Presidencial n.º 240/17
de 29 de Agosto**

Considerando que foi autorizado, através do Despacho Presidencial n.º 107/17, de 25 de Abril, o Ministério da Energia e Águas a celebrar com o Consórcio AIBC, formado pelas empresas Anglostar Management Dmcc, Intertechne Consultores, S.A., Baran International, Limited, e Copia Group of Companies, S.A., o Contrato de Prestação de Serviços de Supervisão e Fiscalização da Empreitada Geral da Construção, Fornecimento, Montagem e Comissionamento dos Equipamentos Electromecânicos do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça;

Considerando que no Despacho Presidencial acima referido não consta o nome de uma das empresas que fazem parte do Consórcio, a Empresa Sweco International AB;

Havendo necessidade de se proceder à alteração do ponto 2.º do Despacho Presidencial n.º 107/17, de 25 de Abril;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

4. O Conselho poderá reunir estando presente a maioria simples dos seus membros;

5. Não se obtendo o quórum fixado, o Conselho pode reunir 24 horas depois em segunda convocação, com um mínimo de 1/3 dos seus membros;

6. As deliberações das matérias em discussão são obtidas por consenso;

7. Quando o consenso não seja possível a deliberação é tomada através do voto da maioria simples dos seus membros;

8. Em cada reunião será lavrada a acta, da qual constarão nomeadamente, os nomes dos participantes e deliberações tomadas, a qual depois de aprovada, deverá ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário;

9. As actas da reunião do Conselho serão enviadas aos Ministros e outros Gestores cujas instituições participam no Conselho, para apreciação das propostas ou pareceres que lhes sejam dirigidos ou para conhecimento das deliberações tomadas.

ARTIGO 11.º (Direitos)

São direitos dos membros do Conselho Nacional do Comércio:

- a) Emitir livremente a sua opinião sobre a matéria em discussão;
- b) Ter acesso privilegiado às instalações do Ministério do Comércio, para tratamento de questões inerentes as atribuições e competências do Conselho.

ARTIGO 12.º (Deveres)

São deveres dos membros do Conselho Nacional do Comércio, os seguintes:

- a) Comparecer às reuniões convocadas superiormente;
- b) Participar activa e eficientemente nas reuniões;
- c) Guardar sigilo dos factos classificados como reservados.

CAPÍTULO III Regime Financeiro

ARTIGO 13.º (Receitas e despesas)

1. As receitas e despesas do Conselho Nacional do Comércio constam de orçamento anual.

2. Constituem receitas do Conselho:

- a) Os subsídios, subvenções, participações e doações concedidos por entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- b) Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por lei ou contrato;
- c) O saldo de gestão do ano anterior;
- d) As dotações que lhe forem atribuídas pelo Executivo.

3. Constituem despesas do Conselho as que resultem dos encargos e responsabilidades decorrentes do seu funcionamento, bem como quaisquer outras relativas a prossecução das suas atribuições.

4. O orçamento anual, a respectivas alterações, bem como as contas são aprovados pelo Conselho Nacional do Comércio.

5. As contas do Conselho ficam sujeitas, nos termos gerais, ao controlo do Tribunal de Contas.

O Ministro, *Fiel Domingos Constantino*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

Decreto Executivo n.º 402/17 de 29 de Agosto

No âmbito da revisão legislativa e regulamentar em curso no Sector do Comércio, reflectido no modelo integrado da «Organização do Comércio em Angola», que visa adequar o sistema jurídico às novas práticas comerciais e de prestação de serviços mercantis e também assegurar o licenciamento efectivo das actividades comerciais, foi aprovado uma nova estrutura orgânica do Ministério do Comércio, que obriga a ajustar os princípios e normas estabelecidos para a organização e funcionamento do Gabinete de Intercâmbio deste Ministério.

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o previsto no artigo 19.º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13, de 23 de Agosto «que estabelece as regras de criação, estruturação, organização e extinção dos serviços da Administração Central do Estado e demais organismos legalmente equiparados», conjugados com o artigo 15.º do Decreto Presidencial n.º 26/17, de 21 de Fevereiro «que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério do Comércio», determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Intercâmbio.

ARTIGO 2.º (Revogação)

É revogado toda a norma regulamentar que contraria o disposto neste Diploma.

ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que resultarem da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas por Despacho do Titular do Departamento Ministerial do Comércio.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Agosto de 2017.

O Ministro, *Fiel Domingos Constantino*.

**REGULAMENTO INTERNO
DO GABINETE DE INTERCÂMBIO**

**CAPÍTULO I
Objecto, Natureza e Atribuições**

ARTIGO 1.º
(Objecto)

O presente Regulamento estabelece as normas de organização e funcionamento do Gabinete de Intercâmbio.

ARTIGO 2.º
(Natureza)

O Gabinete de Intercâmbio é o serviço de apoio técnico encarregue de auxiliar o Ministro na realização de tarefas inseridas nas relações com instituições internacionais, no domínio das actividades do Sector.

ARTIGO 3.º
(Atribuições)

O Gabinete de Intercâmbio prossegue as seguintes atribuições:

- a) Preparar toda a informação e documentação, que vise assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Estatuto da República de Angola, enquanto membro da Organização Mundial do Comércio (OMC);
- b) Garantir o envio regular das informações e relatórios do Governo da República de Angola à OMC, sobre as convenções e as recomendações no domínio do comércio internacional;
- c) Estudar e propor a estratégia de cooperação bilateral no domínio do comércio, em articulação com os restantes órgãos, assim como acompanhar as actividades decorrentes dessa cooperação;
- d) Assegurar, em interacção com outros órgãos do Estado, a participação do Ministério nas negociações e na implementação de acordos celebrados no âmbito das organizações regionais e internacionais do comércio;
- e) Apresentar propostas para ratificação de convenções internacionais, em matéria relativa às atribuições do Ministério do Comércio;

- f) Assegurar as negociações e a gestão dos acordos, convenções e protocolos internacionais de comércio, quer bilaterais, quer de integração económica, em agrupamentos regionais;
- g) Acompanhar as questões inerentes ao Comité Nacional de Facilitação do Comércio e da Comissão Nacional das Negociações Comerciais;
- h) Emitir os Certificados de Origem «FORMA» das exportações de Angola, no âmbito do Sistema Generalizado de Preferências da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento;
- i) Estudar e propor as medidas adequadas a tomar no âmbito das relações comerciais externas, visando o aproveitamento eficiente de vantagens daí decorrentes, bem como propor a orientação a seguir nas negociações com países e organizações internacionais;
- j) Identificar e propor fontes externas de obtenção de financiamentos e de assistência técnica ligada ao comércio, participando na sua monitorização;
- k) Participar em todos os processos de negociação de acordos bilaterais, plurilaterais e multilaterais que envolvam matérias relativas ao comércio;
- l) Executar, sob orientação superior, as acções que visem o estabelecimento e reforço do relacionamento e cooperação entre o Ministério do Comércio e órgãos congéneres de outros países;
- m) Analisar com o órgão competente e emitir pareceres sobre programas de cooperação de interesse para o Sector do Comércio, apresentados por entidades e organizações estrangeiras;
- n) Exercer as demais competências estabelecidas por lei ou determinadas superiormente.

**CAPÍTULO II
Organização**

ARTIGO 4.º
(Direcção)

1. O Gabinete Intercâmbio é dirigido por um Director, com a categoria de Director Nacional, a quem compete:

- a) Dirigir e coordenar toda a actividade do Gabinete de Intercâmbio, dando instruções de serviço e orientações julgadas necessárias ao seu bom funcionamento;
- b) Assegurar, sob sua responsabilidade, o cumprimento das competências e atribuições do respectivo serviço, bem como tomar as decisões necessárias para garantir a execução dos planos anuais (mensal, trimestral, semestral) e a realização das tarefas cometidas ao serviço, após aprovação superior;

- c) Representar o Gabinete de Intercâmbio, junto de outros serviços do Ministério, órgãos tutelados e entidades afins;
- d) Submeter ao Ministro os relatórios de actividades do Gabinete;
- e) Convocar e orientar as reuniões do Conselho Técnico;
- f) Reunir os técnicos sempre que achar conveniente, para tratar de assuntos específicos do Gabinete;
- g) Promover e estimular o desenvolvimento técnico profissional dos funcionários do Gabinete;
- h) Exercer o poder disciplinar, nos termos da legislação em vigor, sobre os funcionários do Gabinete;

- i) Desempenhar as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei ou determinação superior.

2. Nas suas ausências, o Director do Gabinete de Intercâmbio será substituído por um Técnico por si indicado.

CAPÍTULO III Disposições Finais

ARTIGO 6.º (Quadro do pessoal e organigrama)

O quadro do pessoal e o organigrama do Gabinete de Intercâmbio é o que consta dos Anexos I e II ao presente Regulamento e que dele é parte integrante.

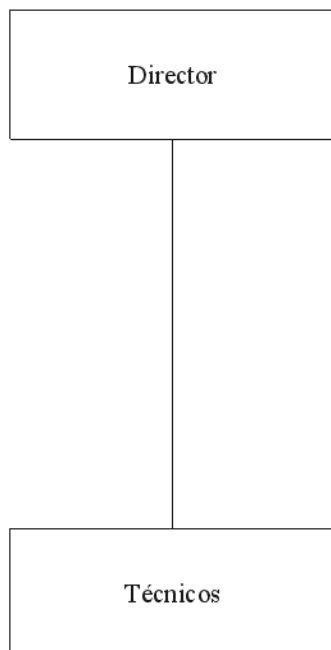
ANEXO I (A que se refere o artigo 6.º do presente Regulamento) Quadro do Pessoal

Carreira	Categorias	Especialidade Profissional	Criados
Direcção	Director		1
Chefia	Chefe de Departamento		0
Técnica Superior	Assessor Principal	Economia, Comércio Internacional Gestão e Administração Pública Línguas e Literaturas Relações Internacionais Direito, Geociência Informática	6
	Primeiro Assessor		
	Assessor		
	Técnico Superior Principal		
	Técnico Superior de 1.ª		
	Técnico Superior de 2.ª		
Técnica	Técnico Especialista Principal	Gestão de Recursos Humanos Gestão e Administração Pública Ciências Sociais Psicologia do Trabalho/Organizações Direito Informática	2
	Técnico Especialista de 1.ª		
	Técnico Especialista de 2.ª		
	Técnico de 1.ª		
	Técnico de 2.ª		
	Técnico de 3.ª		
Técnica Média	Técnico Médio Principal de 1.ª	Informática Gestão Ciências Sociais Administração Pública	2
	Técnico Médio Principal de 2.ª		
	Técnico Médio Principal de 3.ª		
	Técnico Médio de 1.ª		
	Técnico Médio de 2.ª		
	Técnico Médio de 3.ª		
Total			11

ANEXO II

(A que se refere o artigo 6.º do presente Regulamento)

Organigrama de Intercambio

O Ministro, *Fiel Domingos Constantino*.

MINISTÉRIO DOS PETRÓLEOS

Despacho n.º 473/17
de 29 de Agosto

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 1 do artigo 21.º do Decreto Presidencial n.º 182/15, de 30 de Setembro, que aprova o Regulamento do Procedimento para a Realização do Investimento Privado, determino:

1. São subdelegados a Gaspar Filipe Sermão, Director Interino da Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado do Ministério dos Petróleos, plenos poderes para representar o Ministro dos Petróleos na prática de todos os actos administrativos necessários para a assinatura do Contrato de Investimento Privado denominado Chouest Inn Angola, Limitada.

2. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho são resolvidas pelo Ministro dos Petróleos.

3. O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 18 de Agosto de 2017.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.